



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA - ANP / DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO - DRS
PROCESSO SELETIVO / Edital n.º 77/97 - DRS/ANP-DPF
Cargo: DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL

INSTRUÇÕES

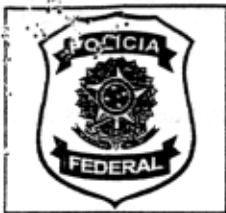
1. Este CADERNO consta de **setenta e três** questões objetivas, assim distribuídas: **Língua Portuguesa - dez** questões; **Direito Constitucional - dez** questões; **Direito Penal - dez** questões; **Direito Processual Penal - dez** questões; **Direito Tributário - dez** questões; **Direito Previdenciário - oito** questões; **Direito Administrativo - seis** questões; **Direito Processual Civil - quatro** questões; e **Noções Básicas de Microinformática - cinco** questões.
2. Caso este CADERNO esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o(a) candidato(a) deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que o substitua.
3. Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item respondido erradamente acarretará **apenação**, conforme cc a no Edital n.º 77/97 - DRS/ANP-DPF, de 3/11/97.
4. Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos, apostilas, régua, calculadoras ou qualquer outro material.
5. Durante as provas, o(a) candidato(a) não deve levantar-se nem comunicar-se com outros(as) candidatos(as).
6. A duração das provas é de **seis horas**, já incluído o tempo destinado à identificação - que será feita no decorrer das provas - e ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS.
7. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes Instruções, na FOLHA DE RASCUNHO e/ou na FOLHA DE RESPOSTAS poderá implicar a anulação das provas do(a) candidato(a).

AGENDA

- | | | | |
|------|---------------------|---|--|
| I. | 20/1/98 | - | divulgação dos gabaritos das provas objetivas nos quadros de avisos da ANP e CESPE/UnB e nas Superintendências Regionais da Polícia Federal das capitais Unidades da Federação. |
| II. | 21 e 22/1/98 | - | entrega de recursos das provas objetivas no Setor de Atendimento ao Candidato - CESPE/UnB (em Brasília) e nas Superintendências Regionais da Polícia Federal das capitais das Unidades da Federação. |
| III. | 13/2/98 | - | data provável da publicação (após a apreciação de eventuais recursos), no DOU e nos locais referidos no item II, dos resultados final das provas objetivas e provisório da prova discursiva. |
| IV. | 16 e 17/2/98 | - | entrega de recursos da prova discursiva nos locais referidos no item II. |

Observações:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no título **DOS RECURSOS** das Instruções ao Candidato.
- Em nenhuma hipótese o CESPE e a ANP e/ou seus órgãos informarão resultado por telefone.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA - ANP / DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO - DRS
PROCESSO SELETIVO / Edital n.º 77/97 - DRS/ANP-DPF
DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL

Nas questões de 1 a 73, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens **CERTOS**, na coluna C;
itens **ERRADOS**, na coluna E.

Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **Folha de Respostas**.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto que se segue para responder às questões de 1 a 6.

Merecemos uma chance

– Até amanhã.

Eram mais de 22 horas de uma segunda-feira quando me despedi de minha amiga e colega M. “Até amanhã”, respondeu M. E no amanhã M. não estava mais dando duro em sua cadeira, linda e jovial como a cada dia, cumprindo compromissos e agendando tarefas. No dia seguinte M. estava num hospital, com hematomas da cabeça aos pés, nariz quebrado, dentes amolecidos e hemorragia interna.

Acontece que entre o até amanhã e o amanhã a juventude e a jovialidade de M. deram de cara com três psicopatas em busca de diversão. Eles a levaram a Osasco, na Grande São Paulo, e bateram nela até se cansar. M. foi abandonada numa estrada, seminua e ensanguentada, enquanto seus carrascos procuravam outra vítima, “mais nova do que essa”. Que tipo de pessoa é capaz de cometer uma brutalidade dessas? Não basta uma classificação psiquiátrica ou sociológica. Tente imaginar a alma de um sujeito assim, e o que se vê é um poço sem fim, o mal em estado puro. O horror, o horror.

Certos tipos de crime são independentes da sociedade em que se inserem. Em países ricos ou pobres, em povos cultos ou ignorantes, materialistas ou religiosos, capitalistas ou social-democratas, entre suecos ou tanzanianos, sempre existirá gente que sai às ruas para brutalizar mulheres. Assim como existem torturadores compulsivos, assassinos seriais, estupradores etc. De alguma maneira, isso faz parte da natureza humana.

Não se trata aqui de uma aposentada na miséria furtando remédios na farmácia (e provavelmente sendo presa). Estamos falando no crime como modo de vida. Existe gente que literalmente vive disso. Se quer dinheiro, rouba. Não para “matar a fome”, mas para comprar a melhor cocaína e o último Honda. Se gente assim quer se divertir, junta alguns amigos do mesmo caráter e escolhe mulheres ao acaso no trânsito. Na mesma delegacia onde M. prestou queixa, estavam arquivadas 10 outras ocorrências iguais.

Para casos assim existe essa instituição chamada polícia. Polícia é um serviço público, pago com nossos impostos, e não a encarnação do mal, este papel simplista que intelectuais, jornalistas e artistas costumam lhe reservar. Seu dever é proteger os não-criminosos dos criminosos. Mas a polícia não está cumprindo seu papel. Há uma guerra nas ruas. É um assalto dos marginais ao resto da sociedade. E as primeiras vítimas dessa guerra são os mais pobres, os marginalizados, a tão decantada classe trabalhadora. É na periferia das grandes cidades que esses degenerados fazem suas primeiras vítimas. Assassinatos, crimes sexuais, roubo, tudo acontece primeiro e pior em bairros populares.

Qual a solução? Educação? Sim, mas... Um marmanjo que escolhe suas vítimas ao acaso não precisa exatamente de educação. Aliás, muitos criminosos têm educação esmerada, e até mesmo dinheiro. São violentos porque são. Policiamento? Óbvio. Mas no Brasil a segurança da população não é prioridade. O salário dos policiais foi enterrado no último prejuízo do Banco do Brasil. A verba das armas foi distribuída entre cabides de empregos de prefeituras falidas. Sem estrutura, paralisada pela burocracia, a polícia brasileira não protege a sociedade de seus criminosos. É o tipo de problema que parece não ter solução. Mas pode ter. Temos que buscar opções, e não apenas chorar o sangue derramado. O importante é que M. não seja mais atacada por psicopatas sem freios. Nem N., nem O., nem P. Nós, os não-criminosos, merecemos uma chance.

Dagomir Marquetti. Exame, p. 126, 17/12/97 (com adaptações).

QUESTÃO 1

A compreensão de um texto decorre de vários fatores. Com referência à tipologia textual e ao nível de linguagem utilizado pelo autor, julgue os itens a seguir.

- ① O texto é eminentemente dissertativo, apesar de conter trechos narrativos.
- ② O primeiro parágrafo reproduz, em discurso direto, as últimas palavras que o autor ouviu de M., na noite anterior à morte de sua amiga.
- ③ Há, no segundo e no terceiro parágrafos, passagens descritivas relativas à vítima e aos seus assaltantes.
- ④ A intensa pontuação, a repetição de vocábulos e de estruturas frasais semelhantes e o emprego de aspas são indicações de que, no texto, se mesclam as funções emotiva e referencial da linguagem.
- ⑤ No texto, predomina o registro coloquial culto.

IMPRESSA

QUESTÃO 2

Ler não é só compreender a superfície textual, mas estabelecer inferências. A partir da leitura do texto, julgue se os itens abaixo constituem inferências corretas.

- ① M., com sua beleza, juventude e jovialidade, sobrevivia da prostituição.
- ② O autor manifesta uma posição favorável à pena de morte, para criminosos como os que assaltaram M.
- ③ O autor partilha do seguinte pensamento: o homem é naturalmente bom; a sociedade é que o corrompe.
- ④ A crítica à atuação policial deve-se ao fato de que, com baixos salários, não há estímulos para a exposição pessoal aos riscos decorrentes da ação dos criminosos.
- ⑤ Fatos como os apresentados, que necessitam da repressiva atuação policial, ocorrem exclusivamente na periferia das grandes cidades.

QUESTÃO 3

Analisando a semântica, o vocabulário e o estilo utilizados no texto, julgue os itens seguintes.

- ① O vocábulo “segunda-feira” (l.2) e a expressão **segunda feira** têm o mesmo sentido.
- ② A construção “o até amanhã e o amanhã” (l.6) apresenta um pleonismo, devido à aproximação de palavras de significados semelhantes.
- ③ A palavra “diversão” (l.7) está empregada conotativamente, para expressar o sentido de **violência**.
- ④ No quarto parágrafo, ocorrem várias antíteses e um símile.
- ⑤ O primeiro período do quinto parágrafo serve como exemplificação da idéia expressa no período seguinte.

QUESTÃO 4

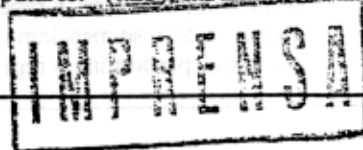
Ainda com referência ao vocabulário do texto, julgue as associações apresentadas nos itens abaixo, sob o foco da sinonímia.

- | | |
|---|-------------------------------------|
| ① “compulsivos” (l.13) – impulsivos | ④ “marmanjo” (l.26) – adulto |
| ② “encarnação” (l.21) – personificação | ⑤ “esmerada” (l.27) – polida |
| ③ “decantada” (l.24) – celebrada | |

QUESTÃO 5

Com referência às diversas constituições do sujeito oracional, julgue os itens que se seguem.

- ① Em “Não basta uma classificação psiquiátrica ou sociológica” (l.9), o sujeito sintático do verbo **bastar** é a expressão sublinhada.
- ② Em “o que se vê é um poço sem fim, o mal em estado puro” (l.10), a palavra grifada é um substantivo abstrato, que funciona como predicativo daquele que cometeu o crime, representado sintaticamente pelo “o” que antecede o pronome relativo “que”.
- ③ Em “isso faz parte da natureza humana” (l.14), o pronome demonstrativo “isso”, exercendo a função de sujeito dessa oração, tem como referente as violências listadas nos períodos anteriores do mesmo parágrafo.
- ④ O período “Existe gente que literalmente vive disso.” (l.16) é composto por subordinação, e a segunda oração exerce a função de sujeito da primeira.
- ⑤ Em “Assassinatos, crimes sexuais, roubo, tudo acontece primeiro e pior em bairros populares.” (l.25), há uma ocorrência de sujeito composto, apesar de a forma verbal estar no singular.



QUESTÃO 6

Julgue se os seguintes itens, apesar das alterações, mantêm a correção gramatical e o sentido das sentenças originais do texto.

- ① Eles levaram-na a Osasco, na Grande São Paulo e bateram-lhe até se cansarem.
- ② É capaz de compelir uma brutalidade dessas, que tipo de indivíduo?
- ③ Há quem cometa barbarismos não para saciar a fome, mas para adquirir a cocaína de melhor qualidade e o mais moderno Honda.
- ④ O importante é que psicopatas inconseqüentes não ataquem mais M., nem N., nem O., nem P.
- ⑤ Nós merecemos uma chance, na medida que não somos criminosos.

QUESTÃO 7

Com referência às ligações sintáticas das orações dentro dos períodos, julgue, em cada um dos itens a seguir, a relação apontada entre a passagem sublinhada e o restante do período.

- ① M. foi abandonada numa estrada, seminua e ensangüentada, enquanto seus carrascos procuravam outra vítima. “mais nova do que essa”. – temporalidade
- ② Certos tipos de crime são independentes da sociedade em que se inserem. – proporcionalidade
- ③ Se quer dinheiro, rouba. – condicionalidade
- ④ Polícia é um serviço público, pago com nossos impostos, e não a encarnação do mal, este papel simplista que intelectuais, jornalistas e artistas costumam lhe reservar. – finalidade
- ⑤ Temos que buscar opções, e não apenas chorar o sangue derramado. – casualidade

QUESTÃO 8

Um dos aspectos gramaticais mais utilizados nas produções escritas é a sintaxe de concordância: nominal e verbal. Com referência ao emprego correto das normas de concordância, julgue os itens seguintes.

- ① M. apresentava vários hematomas e hemorragias internos.
- ② Psicopatas deram fim à incipiente jovialidade e à cordial juventude de M.
- ③ Em países ricos ou pobres, capitalistas ou social-democratas, há crimes e violências hediondas.
- ④ Existe, nas ruas citadinas, várias guerras e diversos barbarismos.
- ⑤ Os mais pobres, os marginalizados, a decantada classe trabalhadora, até mesmo os poderosos, ninguém está livre da violência urbana.

QUESTÃO 9

Com referência ao emprego correto de pronomes e da pontuação e à correção ortográfica, julgue os itens que se seguem.

- ① Não estamos tratando de uma miserável roubando quinquilharias na farmácia; estamos falando em crimes como opção vital: existe quem literalmente viva disso.
- ② Há gente que para se divertir, reúne alguns amigos de características semelhantes e abusam de mulheres colhidas ao acaso, no trânsito.
- ③ Na mesma delegacia, a qual M. prestou queixa, estavam arquivadas dezenas de outras ocorrências iguais.
- ④ Para casos assim, existe tal instituição chamada polícia, de cujo serviço público, pago com nossos impostos, muitos costumam escarnecer.
- ⑤ Não obstante a polícia estar cumprindo seu papel, há uma guerra nas ruas: excessivos assaltos dos marginais à sociedade fazem que as primeiras vítimas sejam os mais pobres.

IMPRENSA

QUESTÃO 10

Julgue a correção gramatical dos itens a seguir.

- ① A solução depende da educação, mas os que escolhem suas vítimas ao acaso, não precisam exatamente educação: muitos criminosos detém boa educação e até mesmo dinheiro.
- ② A segurança da população não é prioridade, haja visto que no Brasil o salário dos policiais foi enterrado no último prejuízo do Banco do Brasil.
- ③ A verba destinada à armas foi distribuída dentre os cabides de empregos de prefeituras falidas.
- ④ A estrutura da polícia brasileira, paralizada pela burocracia, não protege aos cidadãos, nem a sociedade, de seus criminosos.
- ⑤ É o tipo de problema que carece de solução; temos de buscar opções, e não apenas chorar as vítimas ensangüentadas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 11

O constituinte fez opção muito clara por Constituição abrangente. Rejeitou a chamada constituição sintética, que é **constituição negativa**, porque construtora apenas de liberdade-negativa ou liberdade-impedimento, oposta à autoridade, modelo de constituição que, às vezes, se chama de **constituição-garantia** (ou constituição-quadro). A **função garantia** não só foi preservada como até ampliada na Constituição, não como mera garantia do existente ou como simples garantia das liberdades negativas ou liberdades-limites. Assumiu ela a característica de **constituição-dirigente**, enquanto define fins e programa de ação futura, menos no sentido socialista do que no de uma orientação social democrática, imperfeita, reconstrutiva. Por isso, não raro, foi minuciosa e, no seu compromisso com a garantia das conquistas liberais e com um plano de evolução política de conteúdo social, nem sempre mantém linha de coerência doutrinária firme. Abre-se, porém, para as transformações futuras, tanto seja cumprida. E aí está o drama de toda constituição dinâmica: **ser cumprida**.

José Afonso da Silva. Informação ao leitor. In: ———. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo, 14.ª ed., Malheiros, p. 8, 1997 (com adaptações).

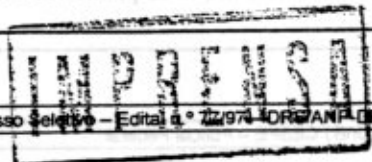
Com o auxílio do texto e da teoria da constituição, julgue os itens seguintes.

- ① A doutrina constitucionalista aponta o fenômeno da expansão do objeto das constituições, que têm passado a tratar de temas cada vez mais amplos, estabelecendo, por exemplo, finalidades para a ação estatal. Considerando a classificação das normas constitucionais em formais e materiais, é correto afirmar que as normas concernentes às finalidades do Estado são apenas formalmente constitucionais.
- ② As normas constitucionais, do ponto de vista formal, caracterizam-se por cuidar de temas como a organização do Estado e os direitos fundamentais.
- ③ As normas constitucionais que consagram os direitos fundamentais consubstanciam elementos limitativos das constituições, porquanto restringem a ação dos poderes estatais.
- ④ A Constituição brasileira em vigor permite e prevê a possibilidade de sua própria transformação, disciplinando os modos por meio dos quais sua reforma pode ocorrer; acerca da reforma constitucional, a doutrina é pacífica no sentido de que limitam a ação do poder constituinte derivado apenas as restrições expressas no texto constitucional.
- ⑤ Assim como os demais produtos do processo legislativo, as emendas constitucionais estão sujeitas a controle de constitucionalidade, tanto formal quanto material; em consequência, poderá ser julgada inconstitucional a emenda constitucional que careça de sanção presidencial.

QUESTÃO 12

Acerca do controle de constitucionalidade, julgue os itens que se seguem.

- ① O controle de constitucionalidade é instrumento de autopreservação das constituições, estando integralmente presente tanto nas de tipo rígido quanto nas flexíveis.
- ② No Brasil, convivem o controle judicial difuso e o controle judicial concentrado de constitucionalidade, havendo entre eles diferenças relativas aos efeitos da decisão judicial, aos legitimados para promover o controle, ao processo e aos órgãos competentes para realizá-lo.
- ③ Em razão de a Constituição brasileira haver adotado mecanismos de controle judicial difuso de constitucionalidade, qualquer órgão judicial, monocrático ou colegiado, inclusive os órgãos fracionários dos tribunais, pode declarar, em qualquer julgamento, a incompatibilidade de determinada norma jurídica com a Constituição.
- ④ Mesmo a decisão proferida no controle judicial difuso de constitucionalidade pode vir a produzir efeitos *erga omnes*.
- ⑤ A intervenção federal também pode funcionar como mecanismo de controle de constitucionalidade.



QUESTÃO 13

Em relação ao Estado brasileiro, julgue os itens abaixo.

- ① O Brasil é uma república federativa, de modo que os componentes da federação, notadamente os estados-membros, detêm e exercem soberania.
- ② A adoção, pelo Brasil, do princípio republicano em lugar do monárquico produz consequências no ordenamento jurídico, tais como a necessidade de meios de legitimação popular dos titulares dos Poderes Executivo e Legislativo e a periodicidade das eleições.
- ③ Não há, no sistema constitucional brasileiro, uma rigorosa divisão de poderes; as funções estatais é que são atribuídas a diferentes ramos do poder estatal, e de modo não-exclusivo.
- ④ O princípio que repousa sob a noção de Estado de direito é o da legalidade.
- ⑤ No Estado democrático de direito, a lei tem não só o papel de limitar a ação estatal como também a função de transformação da sociedade.

QUESTÃO 14

Acerca dos direitos fundamentais, julgue os itens seguintes.

Considere a seguinte situação: Marcelo é Delegado de Polícia Federal e, em operação de rotina, prende Bruno em flagrante delito de tráfico internacional ilícito de substância entorpecente. Na carceragem da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal (SR/DPF), Marcelo põe-se a ameaçar Bruno, caso ele não confesse o nome dos demais integrantes de sua quadrilha. Diz-lhe, por exemplo, que “você não terá sossego” enquanto não os apontar, que “você e sua família poderão arrepender-se” se não colaborarem com a ação policial e que “você não sabe com quem está lidando”, e que ele, por ser traficante de drogas, “não é um ser humano”, entre outras bravatas. Marcelo, no entanto, embora repita essas afirmações várias vezes a cada dia, durante a prisão de Bruno, preserva-lhe a integridade física. Na situação apresentada, Marcelo não chegou a ultrapassar os limites do que preceitua a Constituição.

- ② A Constituição brasileira protege o direito à vida e não tolera, em circunstância alguma, a pena de morte.
- ③ Considere a seguinte situação: Cláudia é namorada de Luís e recebe uma carta endereçada a ele. Por ser muito curiosa, Cláudia não resiste e abre a carta. Na situação descrita, além de haver praticado o delito de violação de correspondência, Cláudia feriu norma constitucional.
- ④ Considere a seguinte situação: Antônio e Pedro são homossexuais e vivem na mesma casa, que foi adquirida com o resultado do trabalho de ambos e está em nome deles. Os dois são maiores, capazes e economicamente independentes. Na situação descrita, postas de lado possíveis discussões religiosas, culturais e morais, Antônio e Pedro, juridicamente, têm direito à proteção constitucional de seu modo de vida.

Considere a seguinte situação: a assembléia legislativa de um estado da federação aprovou lei, que veio a ser sancionada pelo governador, criando o título de **Benfeitor do Estado**, a ser outorgado por ato do chefe do Poder Executivo e que conferiria ao respectivo portador certas vantagens e privilégios, como alíquotas tributárias reduzidas e pontos adicionais em concursos públicos e licitações. Na situação descrita, a despeito da aparente ofensa ao princípio da igualdade, este, na verdade, não foi ferido, porquanto a Constituição Federal consagra a igualdade **perante** a lei, que é dirigida aos aplicadores da lei, mas não a igualdade **na** lei, direcionada ao legislador.

QUESTÃO 15

IMPEDIMENTO

Com relação aos direitos políticos, julgue os itens abaixo.

- ① Os direitos políticos compreendem as faculdades de votar e de ser votado e nelas esgotam-se.
- ② O alistamento eleitoral é obrigatório para todos os brasileiros alfabetizados e maiores de dezoito anos.
- ③ O sufrágio no Brasil possui índole capacitária e censitária.
- ④ No Brasil, quem tem capacidade eleitoral passiva tem, necessariamente, a ativa; todavia, nem todo eleitor é elegível.
- ⑤ Inelegibilidade é diferente de inalistabilidade, que, por sua vez, é diferente de incompatibilidade.

QUESTÃO 16

Acerca do Poder Judiciário, julgue os itens seguintes.

- ① Considere a seguinte situação: Maria de Oliveira é brasileira nata, tem mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, possui notável saber jurídico e reputação ilibada. O Presidente da República pretende nomeá-la para vaga de ministro recém-surgida no Supremo Tribunal Federal (STF), razão por que envia mensagem ao Senado Federal submetendo o nome da candidata. Uma vez aprovado o nome pela citada casa legislativa, o chefe do Poder Executivo federal baixa decreto, nomeando-a. Na situação descrita, os requisitos constitucionais para a nomeação foram atendidos.
- ② Considere a seguinte situação: Otávio, executivo de um banco, foi denunciado por crime contra o sistema financeiro nacional. Em razão de decisão proferida pelo juiz federal monocrático em incidente processual, o réu requereu mandado de segurança perante o competente Tribunal Regional Federal, que deferiu a ordem. Na situação descrita, o recurso cabível por parte do Ministério Público Federal, além de eventuais embargos de declaração, será o recurso extraordinário ou o recurso especial, conforme a matéria versada no acórdão seja constitucional ou infraconstitucional, respectivamente.
- ③ O Superior Tribunal de Justiça (STJ) é composto por, pelo menos, trinta e três ministros, com reputação ilibada e notável saber jurídico, dentro de certa faixa etária, recrutados da seguinte forma: um terço entre juízes dos Tribunais Regionais Federais; um terço entre desembargadores dos Tribunais de Justiça; e um terço, alternada e equitativamente, entre advogados e membros dos Ministérios Públicos Federal, Estadual e do Distrito Federal e Territórios.
- ④ O STJ examina, em grau de recurso, apenas causas de competência da justiça comum e da justiça federal não-especializada.
- ⑤ Em virtude da garantia constitucional da inamovibilidade, os juízes não podem, em hipótese alguma, contra a própria vontade, ter modificado o lugar no qual exercem suas funções.

QUESTÃO 17

Quanto às funções essenciais à justiça, julgue os seguintes itens.

- ① O advogado tem a relevante função de provocar o Poder Judiciário, em razão do princípio *ne procedat judex ex officio*, agindo, pois, no interesse da justiça; em consequência, a Constituição estabeleceu inviolabilidade absoluta em favor do advogado, no exercício dessa função.
- ② A natureza da função desempenhada pelo Ministério Público é judiciária.
- ③ O Procurador-Geral da República é o chefe de todo o Ministério Público.
- ④ A Constituição estatui de modo taxativo as atribuições do Ministério Público, sendo-lhe vedadas quaisquer outras que ali não estiverem expressamente indicadas.
- ⑤ Considere a seguinte situação: Glória é juíza federal em uma vara situada em cidade do interior de estado-membro, onde não há Procurador da República. Antônio é representante legal do adolescente Hugo, que foi atropelado por um veículo público federal, e, nessa qualidade, ajuíza ação em nome do menor, pleiteando indenização pelos danos derivados do acidente. A fim de não provocar atraso na tramitação do processo, Glória designa Carolina, advogada da cidade, como representante *ad litem* do Ministério Público, para agir no feito como curadora de incapazes. Na situação descrita, a atuação de Carolina será juridicamente válida.

QUESTÃO 18

Compete à Polícia Federal

- ① prevenir e reprimir todo tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e drogas afins.
- ② apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses de toda a administração pública federal.
- ③ exercer, concorrentemente com a Polícia Rodoviária Federal e com a Polícia Ferroviária Federal, no âmbito da competência de cada qual, a função de polícia judiciária da União.
- ④ atuar como força auxiliar e reserva do Exército.
- ⑤ apurar infrações penais contra a ordem política e social e exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras.

QUESTÃO 19

Considerando as normas constitucionais pertinentes à ordem econômica, julgue os itens seguintes.

- ① A ordem econômica, na Constituição, repousa na liberdade de iniciativa econômica e na livre concorrência; não obstante, os agentes econômicos não têm liberdade para a elevação ilimitada dos lucros.
- ② A Constituição não repele a participação do Estado na economia.
- ③ Será inconstitucional, do ponto de vista da ordem econômica, a atividade econômica que importe desrespeito ao ambiente.
- ④ Considere a seguinte situação: Afonso é proprietário de latifúndio rural com área de cinquenta mil hectares, dos quais cinco mil são de preservação ambiental, que o dono do imóvel não pode explorar economicamente, por força de lei. Em relação a essa área, as normas de proteção do ambiente vêm sendo observadas. Em todo o restante do terreno há exploração agrícola moderna, com adequado e racional aproveitamento de toda a área agricultável e dos recursos naturais. Todavia, parte considerável dos trabalhadores empregados na exploração da fazenda está em situação irregular, do ponto de vista da legislação trabalhista. Não obstante, na situação descrita, a propriedade rural está cumprindo sua função social.
- ⑤ Considere a seguinte situação: Júlio e Marina, casados, receberam, em janeiro de 1989, um módulo rural, em decorrência da implantação de projeto de reforma agrária, e passaram a explorá-lo. Devido às dificuldades que enfrentaram, resolveram que, ao chegar 2004, quinze anos depois de haverem recebido a terra, a alienariam. Considere que nessa época estará em vigor a ordem jurídica de hoje. Na situação descrita, apenas no que tange à época da alienação, seria juridicamente válida a venda do imóvel recebido em razão do projeto de reforma agrária.

QUESTÃO 20

O conjunto arquitetônico do Plano Piloto de Brasília foi tombado por meio da Portaria n.º 4, de 13 de março de 1990, da então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão do Ministério da Cultura. Posteriormente, editou-se, em relação ao tombamento, a Portaria n.º 314, de 8 de outubro de 1992, do então Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), também integrante do Ministério da Cultura. As competências da SPHAN e do IBPC são atualmente exercidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), autarquia federal. Em face dessas circunstâncias e das normas constitucionais, especialmente as relativas à cultura, julgue os itens abaixo.

- ① Constituem o patrimônio cultural brasileiro apenas os bens de natureza material portadores de referência aos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.
- ② Ações judiciais intentadas pelo IPHAN, que visem à defesa do conjunto arquitetônico do Plano Piloto de Brasília, na qualidade de bem tombado, devem ser ajuizadas perante a Justiça Comum do Distrito Federal.
- ③ Apesar de o tombamento do Plano Piloto de Brasília haver sido realizado por autarquia federal, persiste o dever jurídico de o Distrito Federal também proteger esse bem. Delitos perpetrados contra o Plano Piloto de Brasília, considerado como bem cultural, deverão ser objeto de investigação por parte da Polícia Federal.
- ⑤ Considere a seguinte situação: determinado grupo de imigrantes italianos, localizado em estado do Sul do Brasil, promove, anualmente, festa folclórica que evoca as tradições de seu país de origem. Na situação descrita, a aludida manifestação popular é merecedora de proteção do Estado brasileiro.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 21

É condição genérica da ação penal

- ① a legitimidade *ad processum*.
- ② a possibilidade jurídica do pedido.
- ③ o interesse processual.
- ④ a imparcialidade do juiz.
- ⑤ a capacidade postulatória.

IMPRESSA

QUESTÃO 22

De acordo com a Lei n.º 6.815/80, que dispõe a respeito da situação jurídica do estrangeiro no Brasil,

- ① é passível de expulsão, entre outras hipóteses, o estrangeiro cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais.
- ② não constitui impedimento à expulsão do estrangeiro o fato de ele haver reconhecido filho brasileiro após o fato motivador da expulsão.
- ③ não se concederá a extradição quando já estiver prescrita a pretensão punitiva.
- ④ é possível a extradição do estrangeiro pela prática de qualquer crime, independentemente da quantidade da pena, salvo quando se tratar de crime político.
- ⑤ negada a extradição, somente após cinco anos se admitirá novo pedido com relação ao mesmo fato.

QUESTÃO 23

ao cruzar uma *blitz*, Apressado desobedeceu, injustificadamente, a ordem policial para estacionar o veículo, o qual somente veio parar em decorrência do estouro dos pneus, causado por um obstáculo pontiagudo colocado na transversal da faixa de rolamento. Conduzido à presença da autoridade policial, esta, acertadamente, entendeu que Apressado cometera o crime de desobediência, de ação penal pública incondicionada, cuja pena varia de quinze dias a seis meses de detenção, além de multa. Em tal caso,

- ① a autoridade policial lavrará auto de prisão em flagrante, encaminhando Apressado, imediatamente, ao Juizado Especial Criminal.
- ② se o policial cuja ordem foi desobedecida por Apressado não formular representação no prazo legal, ocorrerá decadência de tal direito.
- ③ na audiência preliminar poderá o Ministério Público propor a Apressado a aplicação imediata da pena mínima prevista para o crime, ou seja, quinze dias de detenção, como condição para evitar-se o oferecimento de denúncia.
- ④ não tendo havido transação penal, oferecida a denúncia oral pelo Ministério Público, o juiz citará Apressado, mas somente receberá ou não a peça acusatória na audiência de instrução e julgamento.
- ⑤ o interrogatório de Apressado será realizado na audiência de instrução e julgamento, após a oitiva das testemunhas.

QUESTÃO 24

De acordo com a Lei n.º 9.296/96, que regulamentou o inciso XII, parte final, do art. 5.º da Constituição Federal,

- ① poderá o juiz autorizar a interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para instruir ação relativa a direito de família.
- ② admitir-se-á interceptação das comunicações telefônicas em relação a qualquer crime, desde que punível com pena privativa de liberdade de qualquer natureza.
- ③ recebida a denúncia e instaurado o processo por crime de ação penal pública, somente o Ministério Público tem legitimidade para requerer a interceptação das comunicações ao juiz, o qual, por sua vez, também poderá determinar tal medida de ofício.
- ④ a despeito de inexistirem indícios razoáveis de autoria ou participação do sujeito passivo da interceptação telefônica na infração penal, poderá tal medida ser determinada se a autoridade policial demonstrar sua conveniência para o sucesso das investigações.
- ⑤ deferido o pedido de interceptação, a autoridade policial conduzirá os procedimentos de interceptação, mas deverá dar ciência ao Ministério Público, que poderá acompanhar a sua realização.

QUESTÃO 25

A tentativa **não** é admissível nos crimes

- ① em que há culpa própria.
- ② unissubsistentes.
- ③ omissivos puros.
- ④ permanentes.
- ⑤ instantâneos.

